



Diário Oficial do **MUNICÍPIO**

Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida

1

Quinta-feira • 19 de Julho de 2018 • Ano • Nº 3234

Esta edição encontra-se no site: www.salinasdamargarida.ba.io.org.br em servidor certificado ICP-BRASIL

Prefeitura Municipal de Salinas da Margarida publica:

- **Lei Nº 581 de 17 de Julho/ 2018** - Estabelece as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras providências.

Esse município tem Imprensa Oficial.

A Lei exige que todo gestor publique seus atos no seu veículo oficial para que a população tenha acesso e sua gestão seja transparente e clara.

A Imprensa Oficial criada através de Lei, cumpre esse papel.

Imprensa Oficial do Município.

Gestão Transparente e consciência limpa.



Leis

LEI Nº 581 DE 17 DE JULHO/ 2018

“Estabelece as Diretrizes para a elaboração da Lei Orçamentária Anual de 2019 e dá outras providências.”

O PREFEITO DE SALINAS DA MARGARIDA, Estado da Bahia, no uso de suas atribuições que lhe são conferidas por Lei faz saber que a Câmara Municipal aprovou e eu sanciono a seguinte Lei:

CAPÍTULO I

DAS DISPOSIÇÕES PRELIMINARES

Art. 1º - Ficam estabelecidas, em cumprimento ao disposto no Art. 165, § 2º da Constituição Federal combinado com os Arts. 62 e 159, §2º da Constituição Estadual e Art. 4º da Lei Complementar nº 101/2000, as Diretrizes Orçamentárias do Município de SALINAS DA MARGARIDA para o exercício de 2019, compreendendo:

- I-** Disposições relativa as metas da Administração Pública Municipal;
- II-** Estrutura, organização e diretrizes para a elaboração e execução do orçamento e suas alterações;
- III-** Disposições relativas às despesas com pessoal e encargos sociais;
- IV-** Disposições sobre alterações na legislação tributária e política de arrecadação de receitas;
- V-** Disposições do Regime de Gestão Fiscal Responsável;
- VI-** Estrutura e a organização dos Orçamentos;
- VII-** Disposições gerais.

CAPÍTULO II

DAS PRIORIDADES E METAS DA ADMINISTRAÇÃO PÚBLICA MUNICIPAL

Art. 2º - As metas para o exercício financeiro de 2019 são as especificadas no Anexo Único que integra esta Lei, serão compatíveis com o Plano Plurianual (PPA) as quais terão precedência na alocação de recursos na

Lei Orçamentária Anual de 2019, não se constituindo, entretanto, em limite à programação da despesa.

Art. 3º - As prioridades para o exercício financeiro de 2019 serão as seguintes:

- I- Desenvolvimento de política sociais voltadas para a elevação da qualidade de vida da população do Município, especialmente dos seus segmentos mais carentes, e para a redução das desigualdades e disparidades sociais;
- II- Continuidade das ações, no âmbito da Secretaria da Educação, visando a extinção de escolas multiseriadas na Zona Rural;
- III- Continuidade das ações, no âmbito da Secretaria da Educação, objetivando a universalização do transporte escolar e a melhoria da merenda escolar;
- IV- Continuidade de programas de requalificação e aperfeiçoamento do Magistério;
- V- Aumento do número de Posto de Saúde da Família no Município;
- VI- Ampliação e modernização da infraestrutura econômica, reestruturação e modernização da base produtiva do Município;
- VII- Promoção do desenvolvimento voltado à consolidação e ampliação da capacidade produtiva e à conciliação entre a eficiência econômica e a conservação;
- VIII- Desenvolvimento de uma política ambiental centrada na utilização racional dos recursos naturais, separação do lixo urbano, objetivando o estágio final de sua reciclagem;
- IX- Desenvolvimento institucional mediante a modernização, reorganização da Estrutura Administrativa e o fortalecimento das instituições públicas municipais com vistas à melhoria da prestação dos serviços públicos;
- X- Desenvolvimento de ações com vistas ao incremento da receita, com ênfase no cadastramento imobiliário, acompanhamento do lançamento do ISS e ITIV e à administração e execução da Dívida Ativa, investindo, também, no aperfeiçoamento, informatização, qualificação da estrutura da administração, na ação educativa sobre o papel do contribuinte - cidadão;

- XI- Austeridade na utilização dos recursos públicos consolidação do equilíbrio fiscal, através do controle das despesas, sem prejuízo da prestação dos serviços públicos ao cidadão;
- XII- Ampliação da capacidade de investimento do Município, através das parcerias com os segmentos econômicos da cidade e de outras esferas do governo, de negociação e ampliação do perfil da dívida municipal, e adoção de medidas de combate à inadimplência, à sonegação e à evasão de receitas;
- XIII- Ampliação e melhoria da qualidade dos serviços prestados à população.
- XIV- Modernização da estrutura administrativa e valorização do servidor público, buscando maior eficiência nos serviços prestados a comunidade.
- XV- Identificação e capacidade produtiva do Município, promovendo o seu desenvolvimento econômico objetivando a geração de emprego e renda.
- XVI- Apoio, divulgação do patrimônio histórico, cultural e artístico do Município, incentivando a participação da população nos eventos relacionados á história, cultura e arte;
- XVII- Promoção do desenvolvimento de políticas voltadas para a formação educacional da criança e do adolescente, investindo, também, em ações de melhoria física das unidades escolares, ampliando-as , modernizando-as e adaptando-as as reais necessidades da população.
- XVIII- Assegurar o acesso a população aos serviços básicos de saúde, priorizando as diversas áreas e especialidades como Clínica Geral, Pneumologia, Cardiologia ; Genecologia, dentre outros.
- XIX- Desenvolvimento de ações que possibilitem a melhoria das condições de vida nas aglomerações urbanas e rurais permitindo que seus moradores tenham acesso aos serviços de transportes e outros.

CAPÍTULO III

DAS DIRETRIZES PARA ELABORAÇÃO E EXECUÇÃO DOS ORÇAMENTOS E SUAS ALTERAÇÕES

Seção I Das Diretrizes Gerais

Art. 4º - A Lei Orçamentária Anual obedecerá aos princípios da Unidade, Universalidade e Anualidade, estimando a Receita e fixando a Despesa, sendo

estruturada na forma definida da Lei n.º 4.320/64, Lei Complementar 101/2000 no Decreto n.º 2.829/98 e Portaria n.º 42/99, do Ministério do Orçamento e Gestão e Portaria Interministerial n.º 163/2001, da Secretaria do Tesouro Nacional STN.

Art. 5º - Os recursos ordinários livres do Tesouro Municipal serão alocados para atender, em ordem de prioridade, às seguintes despesas:

- I- Pessoal e encargos sociais, observado o limite previsto na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000;
- II- Juros, encargos e amortizações da dívida fundada interna; e externa em observância às Resoluções nºs 40 e 43/2001 do Senado Federal.
- III- Contrapartidas previstas em contratos de empréstimos internos e externos ou de convênios ou outros instrumentos similares, observados os respectivos cronogramas de desembolso;
- IV- Outras despesas de custeio administrativo e aplicações em despesas de capital.

§ 1º As fontes de recursos de que trata o caput, serão apresentadas em conformidade com os normativos da Secretaria do Tesouro Nacional e Resolução TCM nº 1.268/08, a seguir discriminadas:

CÓDIGO	ESPECIFICAÇÃO
00	Recursos Ordinários
01	Receitas e Impostos e Transferências de Impostos – Educação – 25%
02	Receitas de Impostos e Transferências de Impostos – Saúde – 15%
04	Contribuição ao Programa Ensino Fundamental- Salário Educação
14	Transferências de Recursos do Sistema Único de Saúde – SUS
15	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Desenvolvimento da Educação – FNDE
16	Contribuição de Intervenção do Domínio Econômico – CIDE
18	Transferência FUNDEB (aplicação na remuneração dos profissionais do Magistério em efetivo exercício na Educação Básica)
19	Transferências FUNDEB (aplicação em outras despesas de Educação Básica)
22	Transferências de Convênios – Educação
23	Transferências de Convênios – Saúde
24	Transferências de Convênios – Outros (não relacionados à Educação/Saúde)
29	Transferências de Recursos do Fundo Nacional de Assistência Social - FNAS

30	Transferências do Fundo de Investimento Econômico Social – FIES
42	Royalties/ Fundo Especial do Petróleo/ Compensação Financeira pela Exploração de Recursos Minerais.
50	Receitas Próprias de Entidades de Administração Indireta
90	Operações de Créditos Internas
91	Operações de Crédito Externas
92	Alienações de Bens
93	Outras Receitas Não Primárias
94	Remuneração de Depósitos Bancários

§2º– As dotações destinadas às demais despesas de capital, que não sejam financiadas com recursos originários de contratos ou convênios, somente serão programadas com os recursos oriundos da economia com os gastos de outras despesas correntes, desde que atendidas plenamente as prioridades estabelecidas neste artigo.

Art. 6º - Somente serão incluídas na proposta orçamentária dotações financiadas com as operações de crédito já contratadas ou com autorizações legislativas concedidas até a data do encaminhamento à Câmara Municipal do Projeto da Lei Orçamentária pertinente.

Art. 7º - Na programação de investimentos da Administração Pública direta e indireta, além do atendimento às prioridades e metas especificadas na forma do art. 2º e 3º desta Lei, observar-se-ão as seguintes regras:

- I- A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício;
- II- Será assegurado alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos;
- III- Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

§ 1º - A programação das demais despesas de capital, com os recursos referidos no caput deste artigo poderá ser feita quando prevista em contratos e convênios ou, desde que atendidas plenamente as prioridades indicadas, os recursos sejam provenientes da economia com os gastos de outras despesas correntes.

§ 2º - A programação da despesa à conta de recursos oriundos dos orçamentos fiscais e da seguridade social observará a destinação e os valores constantes do respectivo orçamento.

Art. 8º - O Poder Legislativo encaminhará até o dia 06 de agosto de 2018, à Secretaria Municipal de Administração, a respectiva proposta de orçamento, exclusivamente para efeito de sua consolidação na proposta de orçamento do Município, não cabendo qualquer tipo de análise ou apreciação de seus aspectos de mérito e conteúdo, atendidos os princípios constitucionais e da Lei Orgânica Municipal, estabelecidos a esse respeito.

Parágrafo único - Na elaboração de sua proposta, o Poder Legislativo, além da observância do estabelecido nesta Lei, adotará:

- I- O quanto estabelecido no art. 29-A da Constituição Federal, resultante da Emenda Constitucional nº 25, de 14 de fevereiro de 2000;
- II- Os procedimentos estabelecidos pelo órgão encarregado da elaboração do orçamento.

Seção II

Das Diretrizes dos Orçamentos: Fiscal e da Seguridade Social

Art. 9º-O orçamento fiscal compreenderá a receita e a programação da despesa dos Poderes do Município, seus fundos e órgãos da Administração direta.

Art. 10 - O orçamento da seguridade social abrangerá os recursos e as programações dos órgãos e entidades da administração municipal, inclusive seus fundos criados por Lei.

Parágrafo Único- Na programação de investimentos da Administração Pública Direta, além do atendimento às metas e prioridades específicas nos Art.1º e 2º desta Lei , observar-se-ão as seguintes regras:

I- A destinação de recursos para projetos deverá ser suficiente para a execução integral de uma ou mais unidades ou a conclusão de uma etapa, se sua duração compreender mais de um exercício.

II – Será assegurada alocação de contrapartida para projetos que contemplem financiamentos.

III –Não poderão ser programados novos projetos que não tenham viabilidade técnica, econômica e financeira.

Art. 11 - Para fins desta Lei conceituam-se:

- I- **Categoria de programação** – os projetos e as atividades alocados à Lei Orçamentária Anual, bem como os criados através dos créditos especiais e extraordinários;
- II- **Transposição** – o deslocamento de uma categoria de programação de um órgão para outro, pelo total ou saldo;
- III- **Remanejamento** – a mudança de dotações de uma categoria de programação para outra no mesmo órgão;
- IV- **Transferência** – o deslocamento de recursos da reserva de contingência para a categoria de programação, de uma função de governo para outra, ou de um órgão para outro;
- V- **Créditos adicionais** – as autorizações de despesas não computadas ou insuficientemente dotadas na Lei de Orçamento.
- VI- **Função**- nível máximo de agregação das ações desenvolvidas pelo Setor Público.
- VII -**Subfunção** – nível máximo de agregação de um subconjunto de ações do setor Público
- VIII -**Programa** – Instrumento de organização da ação governamental, através do qual são estabelecidos objetivos e metas qualificáveis ou não, que serão cumpridos através da integração de um conjunto de esforços sendo mensurado por indicadores estabelecidos no plano plurianual.
- IX- **Projeto** – Instrumento que contribuiu para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a criação, expansão ou o aperfeiçoamento da ação de governo.
- X - **Atividade**- instrumento que contribui para que se alcance o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulte um produto ou resultado necessário a manutenção da ação de governo.
- XI – **Operação Especial** – despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto e não geram contraprestação direta sob forma de bens e serviços, representando basicamente o detalhamento da função Encargos Especiais.
- XII – **Credito Adicional Ordinário** -as autorizações de despesas, mediante decreto do Poder Executivo e Legislativo, destinadas a atender necessidades imprevisíveis e urgentes em caso de guerra, comoção interna ou calamidade pública.

Art. 12 - As propostas de modificação do projeto de Lei Orçamentária Anual e de créditos adicionais serão apresentadas:

- I- Na forma das disposições constitucionais, no estabelecido na Lei Orgânica.
- II- Acompanhada de exposição de motivos que as justifique.

Art. 13 - A criação de novos projetos ou atividades, além dos constantes da proposta de Lei Orçamentária Anual, somente será admitida mediante a redução de dotações alocadas a outros projetos ou atividades, observadas as disposições constitucionais, o estabelecido na Lei Orgânica do Município.

CAPÍTULO IV

DAS DISPOSIÇÕES RELATIVAS ÀS DESPESAS DO MUNICÍPIO COM PESSOAL E ENCARGOS SOCIAIS

Art. 14 – Para os efeitos desta Lei, entende-se como despesa total com pessoal: o somatório dos gastos com os ativos, os inativos e os pensionistas, relativos a mandatos eletivos, cargos, funções ou empregos, civis e de membros de Poder, com quaisquer espécies remuneratórias, tais como vencimentos e vantagens, fixas e variáveis, subsídios, proventos da aposentadoria, reformas e pensões, inclusive adicionais, gratificações, horas extras e vantagens pessoais de qualquer natureza, bem como encargos sociais e contribuições recolhidas pelo Município às entidades de previdência.

§ 1º - Os valores dos contratos de terceirização de mão-de-obra que se referem à substituição de servidores e empregados públicos serão contabilizados como "Outras Despesas de Pessoal".

§ 2º-A despesa total com pessoal será apurada somando-se a realizada no mês em referência com as dos onze meses imediatamente anteriores, adotando-se o regime de competência.

Art. 15 - As dotações orçamentárias destinadas às despesas com pessoal e encargos sociais, em cada Poder, serão estimadas, para o exercício de 2019, com base na despesa média mensal executada até julho de 2018, observados, além da legislação pertinente em vigor, o limite de que trata a Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, para as despesas com pessoal, ativo e inativo, dos Poderes do Município.

Art. 16 – Para os fins do disposto no *caput* do art. 169 da Constituição Federal, a despesa total com pessoal, em cada período de apuração, não poderá exceder os percentuais da receita corrente líquida estabelecida no art. 19, inciso III, da Lei Complementar nº 101/2000.

§ 1º - Na verificação do atendimento dos limites definidos neste artigo, não serão computadas as despesas:

- I- De indenização por demissão de servidores ou empregados;
- II- Relativas a incentivos à demissão voluntária;
- III- Derivadas da aplicação do disposto no inciso II do § 6º do art. 57 da Constituição Federal;
- IV- Decorrentes de decisão judicial e da competência de período anterior ao da apuração.

§ 2º- Para fins deste artigo, entende-se por receita corrente líquida o somatório das receitas tributárias, de contribuições, patrimoniais, industriais, agropecuárias, de serviços, transferências correntes e outras receitas correntes.

Art. 17 – A repartição dos limites globais do art. 20, Inciso 3º, alíneas A e B não poderá exceder os seguintes percentuais:

- I- 6% (Seis por cento) para o Poder Legislativo;**
- II- 54% (cinquenta e quatro por cento) para o Poder Executivo.**

Art. 18 - A verificação do cumprimento dos limites estabelecidos nos arts. 16 e 17 desta Lei será realizada ao final de cada semestre, na forma definida na Lei Complementar n.º 101/2000 nos arts. 19 e 20.

§ 1º - Se a despesa total com pessoal exceder a 95% (noventa e cinco por cento) do limite, são vedados ao Poder referido no art. 17 que houver incorrido no excesso:

- I- A concessão de vantagem, aumento, reajuste ou adequação de remuneração a qualquer título, salvo os derivados de sentença judicial ou de determinação legal ou contratual, ressalvada a revisão prevista no inciso X do art. 37 da Constituição Federal;
- II -A criação de cargo, emprego ou função;
- III - A alteração de estrutura de carreira que implique aumento de despesa;
- IV-O provimento de cargo público, admissão ou contratação de pessoal a qualquer título, ressalvada a reposição decorrente de aposentadoria ou falecimento de servidores das áreas de educação, saúde e segurança;

V- A contratação de hora extra, salvo no caso das situações previstas nesta Lei.

§ 2º - Se ultrapassados os limites relativos à despesa total com pessoal ou à dívida consolidada, enquanto perdurar esta situação, o Município ficará sujeito aos mesmos prazos de verificação e de retorno ao limite definidos para os demais entes.

Art. 19 - O Projeto de Lei Orçamentária poderá consignar recursos adicionais necessários ao incremento do quadro de pessoal nas áreas de:

- I- Educação;
- II- Saúde;
- III- Fiscalização Fazendária;
- IV- Serviços Técnico-Administrativos;
- V- Assistência à criança e ao adolescente;
- VI- Serviços Legislativos.

Art. 20 - As dotações para atendimento das despesas com a admissão de pessoal sob regime especial de contratação, nos termos do inciso IX, do art. 37, da Constituição Federal, serão alocadas em atividades específicas, inclusive na Lei Orçamentária e em seus créditos adicionais para esta finalidade.

Art. 21 –Mediante autorização Legislativa fica autorizada a concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração, a criação de cargos, empregos e funções ou alteração de estrutura de carreiras, bem como a admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título, pelos órgãos e entidades da administração, desde que observado o disposto no art. 43 desta Lei.

CAPÍTULO V

DAS DISPOSIÇÕES SOBRE ALTERAÇÕES NA LEGISLAÇÃO TRIBUTÁRIA DO MUNICÍPIO E MEDIDAS PARA INCREMENTO DA RECEITA

Art. 22 - Em caso de necessidade, o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal Projeto de Lei dispondo sobre alterações na legislação tributária municipal e incremento da receita, incluindo:

- I- Adaptação e ajustamento da legislação tributária às alterações da correspondente legislação Estadual e Federal;
- II- Revisões e simplificações da legislação tributária municipal;
- III- Aperfeiçoamento dos instrumentos de proteção dos créditos tributário.

CAPÍTULO VI

DA ORGANIZAÇÃO E ESTRUTURA DOS ORÇAMENTOS

Art. 23 - A proposta orçamentária anual que o Poder Executivo encaminhará à Câmara Municipal, até 31 de Agosto de 2018, será composta, além da mensagem e do respectivo projeto de Lei,

- I- Anexos dos orçamentos fiscais e da seguridade social;
- II- Informações complementares.

Parágrafo único - Os anexos relativos aos orçamentos fiscais e da seguridade social serão compostos, com dados isolados ou consolidados, pelos seguintes demonstrativos:

- I- Da receita e despesa, segundo as categorias econômicas, de forma a evidenciar o déficit ou superávit corrente, na forma do Anexo I, da Lei nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores e suas discriminações;
- II- Da receita, por categoria econômica, fonte de recursos e outros desdobramentos pertinentes, na forma do Anexo II, da Lei nº 4.320/64, observadas as alterações posteriores da discriminação da receita orçamentária;
- III- Da despesa, segundo as classificações institucionais, funcional e econômica adotadas na elaboração do Orçamento;
- IV- Da programação referente à manutenção e desenvolvimento do ensino básico, de modo a dar cumprimento ao disposto no art. 212 da Constituição Federal;
- V- Do quadro da dívida fundada e flutuante do Município, com base no Balanço Patrimonial do exercício financeiro de 2018;
- VI- Do demonstrativo da Receita Arrecadada nos últimos 3 (três) exercícios e sua projeção para os 3 (três) subsequentes;

VII- Do programa de trabalho do governo detalhado por projetos e atividades, ANEXO 6 da Lei n.º 4.320/64;

VIII- Do demonstrativo da despesa por órgãos e funções, ANEXO 9 da Lei n.º 4.320/64.

Art. 24-A despesa será detalhada de acordo com o estabelecido na Portaria Interministerial nº 163/2011 da Secretaria do Tesouro Nacional STN, indicando para cada uma:

- I- A categoria econômica;
- II- O grupo de despesa;
- III- A modalidade de aplicação;
- IV- O elemento de despesa.

Art. 25 - As despesas serão fixadas segundo os compromissos sociais, financeiros e econômicos, para aquisições de bens e serviços e execução de obras no Município.

§ 1º - Na fixação das despesas serão observados, prioritariamente, os gastos com:

- I- Pessoal e encargos sociais;
- II- Serviços da dívida pública municipal;
- III- Contrapartida de convênios e financiamentos;
- IV-** Projetos e obras em andamento que ultrapassem a 30% (trinta por cento) do cronograma de execução.

§ 2º - Os recursos originários do Tesouro Municipal serão, prioritariamente, alocados para atender às despesas com pessoal e encargos sociais, nos limites previstos na Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000, e serviços da dívida, somente podendo ser programados para outros custeios administrativos e despesas de capital, após o atendimento integral dos aludidos gastos.

§ 3º - As atividades de manutenção básica terão preferência sobre as atividades que visem a sua expansão.

Art. 26 - A discriminação da receita será efetuada de acordo com estabelecido na Portaria nº 472, de 21.07.93, da SOF/SEPLAN, atualizada pela

Portaria nº 06, de 20.05.99 e Portaria Conjunta STN/SOF nº 03 de 14 de Outubro de 2008.

Art. 27 – A receita municipal será constituída da seguinte forma:

- I- Dos tributos de sua competência;
- II- Das transferências constitucionais;
- III- Das atividades econômicas que por conveniência o Município venha a executar;
- IV- Dos convênios firmados com órgãos e entidades da Administração Pública Federal, Estadual ou de outros Municípios ou com Entidades e Instituições Privadas Nacionais e Internacionais;
- V- Dos serviços executados pelo Município;
- VI- Da cobrança da dívida ativa;
- VII- Dos empréstimos e financiamentos devidamente autorizados pelo Poder Legislativo;
- VIII- Dos recursos para o financiamento da Educação, definidos pela legislação vigente, em especial, Emenda Constitucional N. 53/2006 e Leis nº 9.394/96, e nº 9.424/96;
- IX- De outras rendas.

Art. 28 – A Lei Orçamentária Anual conterà a previsão da receita e fixação de despesas para convênios previamente aprovados pelo Legislativo Municipal.

Art. 29 – A elaboração do projeto, a aprovação e a execução da Lei Orçamentária para 2019 deverão ser realizadas de modo a evidenciar a transparência da Gestão Fiscal, observando o princípio da publicidade e permitindo-se um amplo acesso da sociedade a todas as informações relativas a cada etapa.

Art. 30 - O chefe do Poder Executivo adotará mecanismos para assegurar a participação social na indicação de prioridades na elaboração da Lei Orçamentária para o exercício de 2019, bem como no acompanhamento e execução dos projetos contemplados.

Parágrafo único - Os mecanismos previstos no *caput* deste artigo serão operacionalizados:

- I- Mediante audiências públicas, com a participação da população em geral, de entidades de classes, setores organizados da sociedade civil e organizações não governamentais;
- II- Através de seleção dos projetos prioritários, por cada área considerada, a serem incorporados na proposta orçamentária do exercício.

Art. 31 - Após a publicação da Lei Orçamentária, o Poder Executivo, através de decreto, elaborará Programação Financeira, visando compatibilizar os gastos com a efetiva arrecadação das receitas e o cronograma de execução mensal de desembolso, conforme estabelecido no art. 8º da Lei Complementar n.º 101/2000.

Art. 32 - Nos orçamentos fiscais e da seguridade social, a apropriação da despesa far-se-á por unidade orçamentária e o seu programa de trabalho, segundo a classificação funcional, expressa por categoria de programação em seu menor nível, indicando para cada uma:

- I- O orçamento a que pertence;
- II- A categoria econômica e o grupo de despesa a que se refere, obedecidos aos seguintes títulos:

CATEGORIA ECONÔMICA

Despesas Correntes
Despesas de Capital

GRUPO DE DESPESA:

Pessoal e Encargos Sociais;
Juros e Encargos da Dívida;
Outras Despesas Correntes;
Investimentos;
Inversões Financeiras;
Amortização da Dívida.

§ 1º - Para fins de integração do planejamento e orçamento, será adotada, no âmbito do Município, a classificação por função e programa a que se refere o Art. 2º, § 1º, inciso I, e Art. 8º da Lei n.º 4.320/64, segundo o esquema de classificação e conceitos atualizados pela Portaria nº 42, de 14 de abril de 1999, do Ministro de Estado do Orçamento e Gestão, observados os seguintes títulos:

- I- Função;
- II- Subfunção;
- III- Programa;

IV- Projeto, Atividade e Operação Especial.

§ 2º- As categorias de programação de que trata o *caput* deste artigo são identificadas por Programa, Projeto, Atividade e Operação Especial.

§ 3º - Para fins do atendimento aos§ 1º e2º, conceituam-se:

- I- **Função** - o maior nível de agregação das diversas áreas de despesa que competem ao setor público municipal;
- II- **Subfunção** - representa uma partição ou detalhamento da função, visando agregar determinado subconjunto de despesa do setor público;
- III- **Programa** - o instrumento de organização da ação governamental, visando a concretização dos objetivos pretendidos, sendo mensurado por metas estabelecidas no Plano Plurianual;
- IV- **Projeto** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações, limitadas no tempo, das quais resulta um produto que concorre para a expansão ou o aperfeiçoamento da ação de Governo;
- V- **Atividade** - um instrumento de programação para alcançar o objetivo de um programa, envolvendo um conjunto de operações que se realizam de modo contínuo e permanente, das quais resulta um produto necessário à manutenção da ação de Governo;
- VI- **Operações especiais** - as despesas que não contribuem para a manutenção das ações de governo, das quais não resulta um produto, e não geram contraprestação direta sob a forma de bens ou serviços, representando, basicamente, o detalhamento da função “Encargos Especiais”.

§ 4º - A função “Encargos Especiais” engloba as despesas em relação às quais não se possa associar um bem ou serviço a ser gerado no processo produtivo corrente, tais como: dívidas, ressarcimentos, indenizações e outras afins, representando, portanto, agregação neutra.

§5º - As unidades orçamentárias, como responsáveis direta ou indiretamente pela execução das ações integrantes de uma categoria programática, serão identificadas na proposta orçamentária, tendo em vista a melhoria da execução e do controle orçamentários, podendo ser assim consideradas, os órgãos da Administração Direta e os Fundos instituídos ou que vierem a ser instituídos pelo Município.

§ 6º - As dotações atribuídas às unidades orçamentárias, na Lei Orçamentária Anual ou em crédito adicional, poderão ser aplicadas por

unidades gestoras de um mesmo ou de outro órgão da Administração Direta, integrante dos orçamentos fiscal e da seguridade social, mediante a descentralização interna ou externa de crédito, respectivamente.

Art. 33 - A alocação dos recursos na Lei Orçamentária Anual e em seus créditos adicionais, observadas as demais diretrizes estabelecidas nesta Lei, será feita de forma a propiciar o acompanhamento e o controle das ações e a avaliação dos resultados dos programas governamentais.

Art. 34 - A Lei Orçamentária deverá ser elaborada com dados precisos, estimando a receita e fixando a despesa dentro da realidade, capacidade econômico-financeira e da necessidade do Município.

Art. 35 - Na apreciação, pelo Poder Legislativo do projeto de Lei Orçamentária Anual, as emendas somente podem ser aprovadas caso:

- I- Sejam compatíveis com o Plano Plurianual e com a Lei de Diretrizes Orçamentárias;
- II- Indiquem os recursos necessários, admitidos apenas os provenientes de anulação de despesas, excluídos os que incidam sobre:
 - a) Dotação para pessoal e seus encargos;
 - b) Serviço da dívida.
- III- Sejam relacionadas com:
 - a) A correção de erros ou omissões;ou
 - b) Os dispositivos do texto do projeto de Lei.

§1º - As emendas deverão indicar, como parte da justificativa:

- I- No caso de incidirem sobre despesas com investimentos, a viabilidade econômica e técnica do projeto durante a vigência da Lei Orçamentária.
- II- No caso de incidirem sobre despesas com ações de manutenção, a comprovação de não inviabilização operacional da entidade ou órgão cuja despesa é reduzida.

§2º - A correção de erros ou omissões será justificada circunstanciadamente e não implicará a indicação de recursos para aumento de despesas previstas no projeto de Lei Orçamentária.

Art. 36 - O Poder Executivo poderá enviar mensagem ao Poder Legislativo para propor modificações no projeto de Lei Orçamentária, enquanto não iniciada na Comissão Técnica, a votação da parte cuja alteração é proposta.

Art. 37 - Sancionada e promulgada a Lei Orçamentária, serão aprovados e publicados, para efeito de execução orçamentária, os Quadros de Detalhamento da Despesa – QDDs relativos aos Programas de Trabalho integrantes da Lei Orçamentária Anual, salvo se os mesmos não forem publicados em conjunto com a Lei Orçamentária.

§1º - Os Quadros de Detalhamentos da Despesa – QDDs deverão discriminar, por elementos, os grupos de despesa aprovados para cada categoria de programação.

§2º - Os QDDs serão aprovados, no âmbito do Poder Executivo, pelo Prefeito Municipal, ou na própria Lei Orçamentária e, no Poder Legislativo, pelo Presidente da Câmara de Vereadores.

§3º - Os QDDs podem ser alterados, no decurso do exercício financeiro, para atender às necessidades de execução orçamentária, respeitados, sempre, os valores dos respectivos grupos de despesa, estabelecidos na Lei Orçamentária ou em créditos suplementares regularmente abertos.

CAPÍTULO VII

DAS DISPOSIÇÕES DO REGIME DE GESTÃO FISCAL RESPONSÁVEL

Art. 38 - A gestão fiscal responsável tem por finalidade o alcance de condições de estabilidade e crescimento econômico sustentado do Município objetivando a geração de emprego, de renda e a elevação da qualidade de vida e bem-estar social.

Art. 39 - A gestão fiscal responsável das finanças do Município far-se-á mediante a observância de normas quanto:

- I- Ao endividamento público;
- II- Ao aumento dos gastos públicos com as ações governamentais de duração continuada;
- III- Aos gastos com pessoal e encargos sociais;
- IV- À administração e gestão financeira.

Art. 40 - São princípios fundamentais para o alcance da finalidade e dos objetivos previstos no art. 39 desta Lei:

- I- O equilíbrio entre as aspirações da sociedade por ações do governo municipal e os recursos que esta coloca à disposição do Município, na forma de pagamento de tributos, para atendê-las;
- II- A limitação da dívida pública em níveis aceitáveis e prudentes, assim entendidos os que sejam compatíveis com a capacidade de arrecadação do Município e que propiciem margem de segurança para a absorção e reconhecimento de obrigações imprevistas
- III- A adoção de política tributária estável e previsível coerente com a realidade econômica e social do Município e da região em que este se insere;
- IV- A limitação e contenção dos gastos públicos;
- V- A administração prudente dos riscos fiscais e, em ocorrendo desvios eventuais, a adoção de medidas corretivas e punitivas;
- VI- A transparência fiscal, através do amplo acesso da sociedade às informações sobre as contas públicas, bem como aos procedimentos de arrecadação e aplicação dos recursos públicos.

Art. 41 - Para manter a dívida pública em nível aceitável e prudente, evitar-se-á que os gastos excedam as disponibilidades.

Parágrafo único - Se a dívida ultrapassar os níveis de aceitabilidade e prudência e, enquanto não for reduzida, o montante de gastos realizados deve ser inferior ao das receitas arrecadadas.

Art. 42 - A fixação de despesas nos orçamentos, em cumprimento dos objetivos e metas estabelecidas no Plano Plurianual, priorizadas por esta Lei, guardará relação com os recursos efetivamente disponíveis, particularmente as receitas tributárias, próprias ou transferidas.

Art. 43 - Todo e qualquer ato que provoque um aumento da despesa total com pessoal somente será editado e terá validade se:

I- Houver prévia dotação orçamentária suficiente para atender às despesas com pessoal e aos acréscimos dela decorrentes, nos termos do art. 169, § 1º, inciso I, da Constituição Federal;

II- Houver autorização específica nesta lei.

Parágrafo único - O disposto no *caput* compreende, entre outras:

I- A concessão de qualquer vantagem ou aumento de remuneração;

II- A criação de cargos, empregos e funções ou a alteração de estrutura de carreiras;

III- A admissão ou contratação de pessoal, a qualquer título.

CAPÍTULO VIII

DAS DISPOSIÇÕES GERAIS

Art. 44 - Os fundos especiais do Município, criados na forma do disposto no artigo 167, inciso IX, da Constituição Federal e disposições contidas na Lei n.º 4.320/64, combinado com o previsto na Resolução nº 297/96 e Parecer Normativo nº 004/96 do Tribunal de Contas dos Municípios, constituir-se-ão em Unidades Gestoras dentro da estrutura de uma Unidade Orçamentária, vinculados a um órgão da Administração Municipal, centralizada e descentralizada.

Parágrafo único - Entende-se por Unidade Gestora qualquer órgão, repartição ou fundo especial da Administração Pública Municipal competente para administrar créditos orçamentários e recursos financeiros que lhes sejam destinados.

Art. 45 - Caso a Lei Orçamentária Anual não seja aprovada e sancionada até 31 de dezembro de 2018, fica o Poder Executivo autorizado a executar a despesa, na razão de 1/12 (um doze avos) da proposta orçamentária, relativamente às seguintes despesas:

I- Pessoal e encargos;

II- Serviços da dívida;

III- Despesas decorrentes da manutenção básica dos serviços municipais e ações prioritárias a serem prestadas à sociedade.

IV- Investimentos em continuação de obras de saúde, educação, saneamento básico e serviços essenciais;

V- Contrapartida de Convênios Especiais.

Parágrafo único - Ficam excluídas da limitação prevista no *caput* deste artigo, as despesas de convênios e financiamentos que obedeçam a uma execução fixada em instrumento próprio.

Art. 46 - Poderá a Lei Orçamentária Anual ser atualizada, durante a sua execução, para adequá-la à conjuntura econômica e financeira, com base em índices oficiais.

Art. 47 - O Poder Executivo fica autorizado a firmar os convênios necessários ao cumprimento da Lei Orçamentária Anual com órgãos e entidades da administração pública federal, estadual, de outros Municípios e entidades privadas, nacionais e internacionais.

Art. 48 – Para os efeitos do art. 16 da Lei Complementar n.º 101, de 4 de maio de 2000, entende-se como despesas irrelevantes, para fins do § 3º, aquelas cujo valor não ultrapasse, para bens e serviços, os limites dos incisos I e II do art. 24 da Lei nº 8.666/93, com as modificações introduzidas pela Lei n.º 9.648/98.

Art. 49 - Se verificado, ao final de um bimestre, que a realização da receita poderá não comportar o cumprimento das metas de resultado primário ou nominal estabelecidas no Anexo Único Planilha de Metas Fiscais, o Poder Executivo, por ato próprio e nos montantes necessários, nos trinta dias subsequentes, limitará a emissão de empenho e movimentação financeira, segundo os critérios fixados por esta Lei no seu Art. 50.

Art.50 - No caso de haver necessidade de limitação de empenho das dotações orçamentárias e da movimentação financeira para atingir as metas fiscais previstas, esta será feita de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento das despesas em “*outras despesas correntes*”, “*investimentos*” e “*inversões financeiras*” de cada Poder, sendo adotadas as medidas estabelecidas no art. 9º e parágrafos da Lei Complementar nº 101, de 04 de maio de 2000.

Parágrafo único – Não estarão sujeitos à limitação de empenho as seguintes despesas:

- I- Pessoal e encargos;
- II- Serviços da dívida;
- III- Decorrentes de financiamentos;

IV- Decorrentes de convênios; as sujeitas a limites constitucionais como: Educação, Saúde e Assistência Social.

Art. 51- A proposta orçamentária conterà reserva de contingência no orçamento fiscal, constituindo-se de dotação global, sem destinação específica a órgão, unidade orçamentária, programa, categoria de programação ou grupo de despesa, que será utilizada como fonte para atendimento de passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos.

Parágrafo único - A reserva de contingência de que trata este artigo será constituída em montante máximo correspondente a até 5% (cinco por cento), calculado sobre o total da receita corrente líquida do Tesouro Municipal, apurado com base no exercício financeiro de 2017.

Art.52- Fica autorizado o Poder Executivo Municipal quando necessário realizar a Transposição, o Remanejamento ou a Transferência de recursos de uma categoria de programação para outra ou de um órgão para outro para que os serviços públicos não sofram descontinuidade.

Art. 53 – Integrará a presente Lei o Anexo com as metas previstas para o exercício 2019.

Parágrafo único – O Anexo previsto neste artigo deverá ser revisto no caso de alterações da Lei do Plano Plurianual.

Art. 54 – As metas previstas no anexo referido no artigo anterior poderão ser revistas por ocasião da elaboração do *Projeto de Lei Orçamentária*, tendo em vista o comportamento das receitas e despesas municipais, e, também, a definição das transferências constitucionais constantes dos projetos orçamentários da União e do Estado da Bahia.

Art. 55 – Esta Lei entrará em vigor na data de sua publicação e sua vigência será de 01 de janeiro a 31 de dezembro de 2019.

Art. 56 - Revogam-se as disposições em contrário.

Gabinete do Prefeito Municipal de Salinas da Margarida, em 17 de Julho de 2018.

Wilson Ribeiro Pedreira
Prefeito Municipal

METAS DA LEI DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS

EXERCÍCIO - 2019

I - MACRO AÇÃO: ASSISTÊNCIA SOCIAL

AÇÃO/META
I.1 – Implantar e implementar ações básicas de atendimento a criança, ao adolescente, ao idoso e ao portador de necessidades especiais.
I.2 – Implantação da casa Criança Cidadã
I.3 – Realização do diagnóstico social do Município
I.4 – Implantar e implementar programa /projeto de Geração de Emprego e Renda para a família em situação de exclusão social.
I.5 – Criação e implementação das ações desenvolvidas pelos Conselhos Municipais.
I.6 – Criação do Balcão de Cadastramento para Emprego
I.7 – Reformar/ampliar creches
I.8 – Melhoria no Programa de Habitação Popular
I.9 – Capacitação de Recursos Humanos
I.10 – Implantar e implementar Centro de Convivência da 3ª Idade
I.11 – Contratação de serviços especializados– assessoria/consultoria

II - MACRO AÇÃO: SAÚDE

AÇÃO/META
II.1 – Implantação e manutenção de Equipes Saúde da Família
II.2 – Aquisição de equipamentos para as unidades Saúde da Família
II.3 – Construção, reforma e ampliação de unidades saúde
II.4 – Manutenção da farmácia básica
II.5 – Implementação das ações ambulatoriais e hospitalares
II.6 – Implementação dos projetos de assistência e vigilância à saúde
II.7 - Capacitação de Recursos Humanos
<i>II.8 - Realização de eventos</i>
II.9 – Confecção de material educativo
II.10 – Implementação Programa de Melhorias Sanitárias
II.11 – Contratação de serviços especializados (assessoria/consultoria)
<i>II.12 – Implementação das ações do Conselho de Saúde</i>

III -MACRO AÇÃO: EDUCAÇÃO, CULTURA E ESPORTE

AÇÃO/META
III.1 – Construção e manutenção de quadra poliesportiva
III.2 – Manutenção de Escolas
III.3 – Construção, reforma, ampliação de unidades escolares
III.4 –Capacitação de Recursos Humanos
III.5 - Implantação e manutenção de programas/projetos de atenção ao educando.
III.6 – Informatização da Rede Municipal de Ensino
III.7 – Requalificação do Programa da Merenda escolar
<i>III.8 – Implementação do Programa de Alfabetização de Jovens e Adultos.</i>
<i>III.9 – Implantação e implementação do Programa de Combate a Evasão e Repetência escolar.</i>
III.10 – Implantação e manutenção do Projeto Bolsa Escola
III.11 – Realização de eventos culturais, cívicos, esportivos e religiosos.
III.12 – Manutenção dos Programas PETI e PDDE.
III.13 – Manutenção do Fundo de Desenvolvimento do Ensino Básico (FUNDEB)
III.14 - Manutenção do Ensino Infantil
<i>III.15 – Habilitação de docentes</i>
III.16 – Implantação da Biblioteca Municipal
III.17 – Implantação e manutenção de Brinquedoteca,
III.18 – Municipalização total do FUNDEB
III.19 – Implantação da Escola Normal
III.20 – Implantação Projeto UNEB/2000
III.21 – Implantação de Curso Pré vestibular Municipal
III.22 – Ampliação de matrícula para FUNDEB
III 23 – Manutenção do Transporte Escolar.

I -MACRO AÇÃO: ADMINISTRAÇÃO E FINANÇAS

AÇÃO/META
I.1 – Capacitação de Recursos Humanos
I.2 – Elaboração dos Regimentos Internos das Secretarias
I.3 – Elaboração e implantação do Projeto de Administração Tributária
I.4 – Modernização das Secretarias Municipais
I.5 – Implantação do Almoxarifado Central

I.6 – Implantação do Protocolo Central

I.7 – Conservação dos imóveis da administração municipal

I -MACRO AÇÃO: INFRA-ESTRUTURA

AÇÃO/META
I.1 – Construção e conservação de praças, jardins
I.2 – Pavimentação de ruas, avenidas e povoados
I.3 – Ampliação, conservação de estradas vicinais
I.4 – Ampliação da rede de abastecimento de água
I.5 - Implantação do sistema de esgotamento sanitário
I.7 – Aquisição e manutenção de equipamentos
I.8 – Implementação do Programa de Melhoria habitacional
I.9 – Manutenção de macro drenagem
I.10 – Aquisição de veículos
I.11 – Manutenção da coleta de lixo
I.12 – Construção, ampliação e manutenção de redes elétricas
I.13 – Ampliação e manutenção da iluminação pública
I.14 Elaboração e implantação do Plano Diretor Urbano

I -MACRO AÇÃO: DESENVOLVIMENTO ECONÔMICO E MEIO AMBIENTE

AÇÃO/META
I.1 – Construção e manutenção de barragens, sangradouros, poços tubulares, poços artesianos.
I.2 – Promover a produção, comercialização e distribuição de sementes e mudas
I.3 – Capacitação de Recursos Humanos
I.4 – Capacitação e aperfeiçoamento técnico de produtores rurais
I.5 – Fomento a indústria, comércio e a prestação de serviços
I.6 – Desenvolvimento do turismo regional
I.7 – Realização de eventos
I.8 – Implementação de ações voltadas para conservação e preservação do meio ambiente.
I.9 – Desenvolvimento de ações de incentivo ao associativismo
I.10 - Incentivar a melhoria genética dos rebanhos
I.11 - Assistência Técnica aos produtores rurais
I.12 – Incentivar a instalação de pequenas agroindústrias

I -MACRO AÇÃO: PODER LEGISLATIVO

AÇÃO/META
I.1 – Modernização administrativa e manutenção da Câmara
I.2 – Capacitação de recursos humanos
I.3 – Realização de eventos
I.4 – Aquisição de veículos
I.5 – Construção do Prédio da sede administrativa do Legislativo
I.6 – Contratação de serviços especializados (assessoria/consultoria)

PRIORIDADES E METAS PARA 2019

Despesas por Programa

PROGRAMA

0101- Processo Legislativo

Diagnóstico

O Legislativo Municipal, composto de nove vereadores, funciona no Prédio Sede da Prefeitura Municipal, com autonomia financeira, com apoio de 08 servidores.

DIRETRIZES

Realizações de sessões ordinárias conforme regimento interno, realização de sessões extraordinárias quando convocadas; realização de reuniões pelas diversas comissões; recebimento, discussão e votação das leis; apresentação de projetos de resoluções e indicações, discussão e votação; fiscalização dos atos da administração; julgamento das contas anuais do Prefeito e outros, execução das demais atribuições do legislativo municipal.

OBJETIVOS

Dar cumprimento às funções do Poder Legislativo de legislar e fiscalizar

AÇÕES

- Manutenção do Plenário
- Modernização da Instalação dos serviços da Câmara
- Gerenciamento da Câmara Municipal

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 2.038.773,20

PRIORIDADES E METAS PARA 2019

PROGRAMA

02.01 – GABINETE DO PREFEITO

DIAGNOSTICO

Este programa será executado pela estrutura do Gabinete do Prefeito, Vice-Prefeito e sua assessoria de gabinete. Esta estrutura envolve, além do Prefeito e Vice- Prefeito, Servidores municipais e um assessor jurídico. A estrutura de gabinete é pequena, o que de certa forma limita as ações do executivo municipal.

OBJETIVO

Melhorar e ampliar os serviços públicos municipais; praticar o princípio da transparência dos atos da administração, envolver a sociedade nas decisões administrativas; melhorar e ampliar as ações planejadas e o controle dos atos da administração.

AÇÕES

- Gerenciamento do Gabinete do Prefeito
- Implantação do Tiro de Guerra

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 519.676,50

03.01–GESTÃO ADMINISTRATIVA E PLANEJAMENTO

DIAGNOSTICO

Este programa será executado pela estrutura de gerência de recursos humanos, pela gerência do patrimônio publico municipal e gerência de serviços gerais, envolvendo os seguintes gerenciamentos:

Gerenciamento da movimentação, frequência, remuneração e assentamentos funcionais dos servidores municipais; controle da lotação dos cargos, cálculo da folha mensal e das obrigações patronais; cadastros, identificação e lotação dos bens patrimoniais; inventário periódico dos bens; atualização periódica do valor dos bens; controle dos processos; controle da frota, do almoxarifado e conservação do patrimônio; elaboração dos processos licitatórios.

OBJETIVOS

Manter o controle dos atos de pessoal, do patrimônio público e dos serviços gerais da administração, produzindo informações gerenciais para tomada de decisões.

AÇÕES

- Manutenção da Secretaria de Administração e Planejamento
- Manutenção da Divulgação de Atos Oficiais
- Manutenção das Ações Jurídicas

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 6.375.413,10

04.01- SECRETARIA DA FAZENDA

DIAGNÓSTICO

Este programa será executado pela estrutura da Gerência do controle do cadastro e tributação, gerência de arrecadação e pagamentos e gerência de registros contábeis, envolvendo seis servidores municipais. O espaço físico e o mobiliário são fatores que não contribuem para um bom ambiente de trabalho, necessitando adequações.

DIRETRIZES

Atualização dos cadastros imobiliário e econômico, lançamento e baixa de tributos, controle da dívida ativa, fiscalização tributária, de obras e posturas, arrecadação de tributos e outras receitas, pagamento a fornecedores, controle dos saldos de caixa e bancos, registros contábil dos atos e fatos da administração, controle da aplicação de recursos vinculados, emissão de relatórios gerenciais, apresentação de prestação de contas, etc

OBJETIVOS

Arrecadar os tributos de competência do Município, controlar arrecadação, garantir as fontes de financiamento dos serviços de competência municipal, produzir relatórios gerenciais, controlar limites de gastos para atender a legislação a cumprir o mandamento constitucional do controle interno.

AÇÕES

- Gerenciamento da Secretaria de Finanças- SEMF

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 463.470,00

PROGRAMA

02.01 – Controladoria Geral

OBJETIVOS

Fiscalização contábil, financeira, orçamentária, operacional e patrimonial, quanto a legalidade, legitimidade e economicidade na Gestão dos recursos e avaliação dos resultados.

AÇÕES

01 –Gestão das Ações da Controladoria Municipal.

TOTAL PREVISTO PARA O PROGRAMA ACIMA – R\$ 92.261,40

05.01 – SECRETARIA DE EDUCAÇÃO

DIAGNOSTICO

O Município possui um satisfatório equipamento destinado a Educação Básica. Há necessidade de um ônibus, renovar parte da frota, capacitar professores e melhorar a rede física e instituir o Plano de Cargos e Salários.

Existe a necessidade de construção de mais equipamentos esportivos, manutenção dos existentes a ações de apoio ao esporte amador.

Preservação da cultura e promoção de eventos culturais e tradicionais do município.

DIRETRIZES

Adequar a rede física de acordo com o crescimento da demanda, oportunizar a capacitação de professores, renovação da frota do transporte escolar,

diversificação do cardápio da merenda escolar e adequação dos mecanismos utilizados no ensino para melhorar a qualidade.

Construção de equipamentos esportivos, promoção de eventos esportivos e manutenção dos existente. Incentivo as ações culturais e festejos tradicionais”.

OBJETIVOS

Melhorar a frequência na escola a qualidade do ensino e valorizar o professor. Estimular a prática esportiva, desenvolver o espírito competitivo e a integração entre diversas comunidades, descobrir novos talentos, afastar os jovens das drogas. Incrementar o turismo e a cultura inserindo o Município no roteiro turístico do nacional e internacional.

AÇÕES

- Ampliação e Modernização da Rede Física, para o atendimento universalizado e com qualidade da educação infantil e do ensino fundamental, incluindo a construção de refeitórios, bibliotecas, laboratório de ciências.

- Ampliação do atendimento a Creches e Pré-escolas, visando aperfeiçoar de maneira considerável a participação da Prefeitura na prestação dos serviços educacionais à primeira infância.

- Valorização e implementação das propostas do Núcleo Municipal de Alfabetização (NALFA) para garantir a alfabetização com qualidade para as crianças na idade certa.

- Criação da ESCOLA EM TEMPO INTEGRAL oportunizando um segundo turno de atividades pedagógicas (jornada ampliada), dentre estas: reforço escolar para Português e Matemática, atividades esportivas e culturais, em suas diversas linguagens, além de Seminários com temas transversais como meio ambiente, cidadania, diversidade étnico racial sexualidade, drogas.

- Priorizar a qualidade e variedade dos alimentos na merenda escolar, com padrão nutricional adequado, sob a coordenação de Nutricionista habilitada.

- Elaboração dos Programas de Ensino por Disciplina, como um instrumento de excelente resposta ao desafio do ensino fundamental com qualidade. Trata-se de conteúdos aula a aula, distribuídos a professores e alunos. Os materiais relativos aos professores detalham conteúdo de cada aula durante o curso, garantindo uma abordagem mínima obrigatória de assuntos considerados indispensáveis a um sólido processo de formação sem ferir a autonomia da relação professor/aluno.

- Valorização do Magistério, abrangendo processos de Qualificação, Certificação e Promoção, criando o programa de formação continuada para todos os profissionais da educação em parceria com instituições de Ensino Superior.
- Garantia da aplicação do Plano de Cargos e Salários e de permanentes diálogos com os órgãos de representação da categoria, visando o bem estar dos profissionais da educação e a educação de qualidade.
- Garantia da aplicação da reserva de 1/3 de hora aula para os professores de 20h e 40h do fundamental I e II.
- Garantia do retorno à política de salários praticados em 2012 com revisão de perdas atuais.
- Fomentar a escolha de gestores escolares baseada em critérios do MEC, de forma democrática e por competências, valorizando a realização de concursos e instituindo critérios éticos bem definidos para nomeações em qualquer escalão de governo.
- Realizar o Programa Municipal “Nenhum a menos”, com a finalidade de concretizar o Censo Educacional para a localização e integração no sistema educacional da população em idade escolar, bem como, jovens e adultos que estejam fora das salas de aula.
- Programa de Alfabetização para Adultos em parceria com Programas Estaduais/Federais.
- Ampliação do acesso e permanência dos alunos na escola com a finalidade de reduzir o índice de evasão escolar, revertendo atual redução significativa do número de matrículas.
- Modernização das escolas com gradual implantação de centro de informática com banda larga e capacitação dos professores para a utilização das TIC (Tecnologias da Informação e da Comunicação) na aprendizagem.
- Criação do Núcleo Municipal de Tecnologia Educacional. (laboratórios, datashow.)
- Criar canais de entendimento com os Governos Estadual e Federal para a melhoria das condições do Ensino Médio do Estado e a implantação do Ensino Médio do IFBA.
- Criação do Programa Municipal “Jovem Aprendiz” para estudantes do nono ano.
- Implantação de Cursos profissionalizantes na EJA – Educação de Jovens e Adultos.

- Criar o Programa “Universitário Empreendedor”, visando estimular recém formados a abrirem o próprio negócio, além de encaminhamentos para programas de trainees em empresas locais e regionais.
- Implantar o Projeto de Resgate da Cultura Popular nas escolas municipais.
 - Criação do Sarau Literário como política pública visando a formação de escritores e leitores.
- Realização de convênios entre associações de Capoeira e a Prefeitura para o ensino em escolas do Município.

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 21.186.392,22

PROGRAMA – 06.01 – FUNDO MUNICIPAL DE SAÚDE

DIAGNOSTICO

O Município já vem prestando um bom serviço de Saúde, em parceria com o Governo Federal através dos programas: PSF, PACS, Saúde Bucal etc. Nossa meta é adequar o sistema existente para melhorar funcionamento.

DIRETRIZES

Construção, ampliação e melhoria de unidade de saúde, aquisição de equipamentos, contratação de profissionais e manutenção da estrutura.

OBJETIVO

Realizar medicina preventiva através do programa saúde da família e melhorar as condições de saúde da população.

AÇÕES

- Promoção de hábitos saudáveis de vida: alimentação saudável, exercícios físicos; Implantação da Academia da Saúde com acompanhamento de equipe específica; Campanhas de conscientização no combate ao tabagismo/ambientes livres do cigarro; jovens livres do álcool e outras drogas; gravidez na adolescência e doenças sexualmente transmissíveis.
- Promoção de ambientes saudáveis: coleta seletiva e reciclagem do lixo; esgotamento sanitário para todos; escolas saudáveis (integração saúde /escola

com programas focados no aspecto biopsicossocial dos estudantes e suas famílias; saúde do trabalhador/ambientes de trabalho seguros e saudáveis;

- Combate ao uso e abuso de álcool e outras drogas.

II - Ampliação do acesso aos serviços básicos de saúde para 100% da população.

- Expansão e qualificação da Estratégia de Saúde da Família complementada pela implantação de Unidades Básicas de Saúde de base territorializada e população a discrita (mapeamento da cobertura e do atendimento).
- Implantação de novas Unidades do PSF para atingir 100% da população.
- Aperfeiçoamento do NASF (Núcleo de Apoio à Saúde da Família) através do trabalho integrado de profissionais diversos.
- Implantação do Programa MEDCASA através do qual o cidadão cadastrado poderá receber seus medicamentos em domicílio.

III - Ampliação do acesso à assistência ambulatorial especializada e aos meios diagnósticos em saúde.

- Expansão e qualificação da rede de serviços de média complexidade ambulatorial com prioridade pela implantação de Centros de Diagnose Especializados de base territorializada e população a descrita para atendimento referenciado em todos os Distritos Sanitários.
- Implantar Centros de Diagnose Especializados através da criação de Policlinicas com especialistas em Cardiologia, Ginecologia, Urologia ,Pediatria; Central de Marcação de Consultas; Exames de Laboratório, RaiosX, Ultrassonografia e Eletrocardiograma.
- Implantação de uma Central Municipal de Regulação para aprimoramento do sistema de regulação.
- Expansão da rede de atenção em Saúde Mental;
- Ampliação da assistência especializada em odontologia;
- Ampliação da Assistência à Saúde da Mulher; Ampliação da Assistência à Saúde do Homem; Ampliação do acesso a serviços de diagnose e tratamento da Doença Falciforme.

IV - Ampliação do acesso à assistência hospitalar:

- Implantação da Sala de Estabilização e aquisição de todos os equipamentos necessários ao seu efetivo funcionamento.

- Implantação da regulação do acesso garantindo a referência para o parto normal desde a gestação;
- Expansão da cobertura da assistência hospitalar de média complexidade para as áreas desassistidas.

- Aperfeiçoamento do serviço de atendimento móvel SAMU 192; realização de processo seletivo para escolha de profissionais capacitados; qualificação e cursos de atualização para estes profissionais; Criação de uma Unidade Básica de Suporte.

V - Qualificação da capacidade de gestão da secretaria municipal de saúde:

- Formação de equipe técnica especializada;
- Fortalecimento da capacidade gestora dos Distritos Sanitários;
- Conselhos Locais de Saúde

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 7.257.669,34

PROGRAMA

08.01 – SECRETARIA MUNICIPAL DE AÇÃO SOCIAL DIAGNOSTICO

No Município há muitas famílias carentes que necessitam da atenção do Poder Publico. Há necessidade de ações voltadas para elevação do nível de renda dessas famílias carentes e diversificação dos trabalhos de integração dos idosos e mães, realização de cursos profissionalizantes e ações voltadas para expansão do mercado.

DIRETRIZES

Elaboração do Plano da assistência Social, envolvimento do Conselho Municipal da Assistência Social, atendimento e orientação das famílias carentes, fortalecimento dos grupos de idosos e clubes de mães .

OBJETIVOS

Criar alternativas de renda para famílias carentes, integração do idoso á sociedade e melhoria de sua qualidade de vida, oferecer oportunidade para que as donas de casa troquem experiências, descubram suas potencialidades e habilidades, participando na composição da renda familiar.

AÇÕES

- Construção de uma agenda com ações voltadas para os grupos mais vulneráveis: jovens, mulheres, negros, homossexuais e deficientes.
 - A Agenda da Família: Na nova administração, com base no Cadastro Único se criará a Agenda da Família. Para tanto, toda família vulnerável de Salinas será visitada por agentes públicos ao longo da nova gestão.
 - A Agenda Família será, portanto, a marca da nova administração no enfrentamento da dura realidade que atinge as famílias mais vulneráveis de nossa cidade.
 - Outros Programas e Ações Universais
-
- Fortalecer a Implantação do SUAS – Sistema Único de Assistência Social; O Suas faz parte da nova política nacional de assistência social, que objetiva proporcionar às famílias em vulnerabilidade social, e pessoal, garantias de maior acesso aos programas sociais.
 - Criar e Monitorar o Mapa da Exclusão Social; programa que visa identificar e situar geograficamente as principais carências sociais da cidade.
 - Implantação de Novos CRAS – Centro de Referência de Assistência Social em todos os Distritos; Os CRAS, mais conhecidos como “Casas da Família”, são centros estrategicamente localizados nas áreas de maior Pobreza, voltados para o atendimento sócio-assistencial das famílias, como objetivo de romper o ciclo de reprodução da pobreza entre gerações.
 - Implantação Novos CREAS - Centros de Referência Especializados da Assistência Social; O CREAS, seguindo as normas do Sistema Único de Assistência Social (SUAS), funciona como pólo de referência das ações de Proteção Social Básica.
 - Implantação do Balcão de Justiça e Cidadania em parceria com o Tribunal de Justiça do Estado da Bahia destinado à mediação comunitária através do atendimento das pessoas de menor poder aquisitivo e que enfrentam dificuldade de acesso à Justiça, solucionando conflitos cíveis de menor complexidade, bem como o oferecimento de orientação jurídica para toda a população.
 -

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 2.411.126,55

07.01 – SERVIÇOS DE UTILIDADE PÚBLICA

DIAGNOSTICO

Há necessidade de melhoria, ampliação e conservação do serviço de iluminação pública, ampliação e melhoria dos serviços de limpeza pública, ampliação e melhoria das áreas de lazer.

DIRETRIZES

Nossa meta é manter e melhorar o sistema de iluminação pública da cidade, realizar coleta seletiva do lixo e adequar o local de destino do lixo, melhorar os serviços de limpeza das vias urbana, implantar novas áreas de lazer, conservar as existentes.

OBJETIVO

Oferecer segurança aos usuários noturnos das vias urbanas e das áreas de lazer, prevenir doenças, manter a cidade limpa, melhorar as áreas de lazer.

AÇÕES

- Qualificação e ampliação da Guarda Municipal para defesa do patrimônio público, do meio ambiente, do cidadão e um grupo específico voltado para áreas de grande visitação de interesse turístico e cultural (ex:Praia da Ponte, Praia do Araçá, Barra do Paraguaçu)
- Elaboração de programa voltado para o combate a violência juvenil com aulas nas escolas do ensino fundamental, mostrando principalmente os números alarmantes de vitimização juvenil em nossa cidade.
- Implantação de um extenso programa de Vídeo monitoramento com câmeras no centro da cidade, nas proximidades das escolas e nos principais acessos à cidade para prevenir e inibir a violência urbana
- Implantação de um Programa Municipal de Controle e Redução da Violência com representantes dos diversos segmentos da sociedade, assim como entidades e órgãos ligados à segurança pública.
- Implementação do Observatório da Violência, destinado a coleta de informações, diagnóstico e planejamento das ações da Prefeitura no setor em articulação com representação da sociedade civil, que será o interlocutor qualificado para a articulação interna e externa, visando a implantação de programas transversais de redução da violência.

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 3.284.011,50

0601 – SECRETARIA DE INFRA ESTRUTURA E MEIO AMBIENTE

DIAGNOSTICO

O Município ainda é carente de ações que visem a melhoria de uma vida saudável através de políticas públicas garantindo a sustentabilidade e geração de emprego e renda.

DIRETRIZES

Desenvolver programas voltados exclusivamente para as políticas públicas de ações concretas e de grande alcance social, conscientizando a população sobre a importância da preservação do meio ambiente.

OBJETIVO

AÇÕES

- Incentivar construções com menor impacto ambiental, em especial nas ações de impermeabilização do solo, melhorias viárias, reuso da água e uso da água de chuva e eficiência energética.

- Lixo: programa expansão do percentual de reciclagem do lixo urbano através de organização de cooperativas dos “empresários do lixo”(catadores), da criação de mercados locais e regionais para os materiais recicláveis, e de uma melhor gestão da coleta terceirizada de resíduos visando a produção de energia.

- Qualificar e ampliar o número de parques municipais na cidade de forma a garantir o lazer de crianças e promover maior interação social.

- Aquisição de embarcação de pesca.

- coleta de lixo e colocação de balões no mar para melhor sinalização ao pescador.
- Implantação de casas beneficiadas da vísceras de peixe- Sede - Distrito.
- Gestão das Ações da Secretária do Meio Ambiente.

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 4.583.321,30
--

02.08 – SECRETARIA DE TURISMO, CULTURA

DIAGNOSTICO

DIRETRIZES

Desenvolver programas voltados exclusivamente para as políticas públicas de esportes em todas as modalidades e valorização da cultura regional.

OBJETIVO

Promover ações através da valorização da cultura popular, promover o turismo e desporto comunitário.

AÇÕES

- 01 – Urbanização de Espaço turísticos.
- 02 – Urbanização e Requalificação de Orlas Marítimas.
- 03 – Gestão das Ações da Secretaria de Turismo e Cultura.
- 04- Manutenção do Patrimônio Histórico , Artísticos e Arqueológicos .
- 05- Apoio a Instituições Esportivas e Culturais sem fins lucrativos.
- 06 - Gerenciamento da promoção do Turismo.
- 07- Realização de eventos Turísticos, Culturais e Esportivos
- 08- Promoção e Patrocínio de festas populares.

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 3.157.491,65

99.99- ENCARGOS GERAIS DO MUNICÍPIO

OBJETIVOS

Atender a passivos contingentes e outros riscos e eventos fiscais imprevistos, conforme definido na Lei de Diretrizes Orçamentárias, bem como constituição de um fundo para pagamento dos proventos de aposentadoria aos servidores e pensão a seus dependentes.

AÇÕES

- 01 – Manutenção de Outros Encargos Gerais
- 02- Manutenção dos Encargos Gerais do Município.
- 03 - Encargos com o Pasep.
- 04- Pagamentos sde Sentenças Judiciais.
- 05 - Manutenção do Serviço da Dívida.
- 06- Reserva de Contingência.

TOTAL PREVISTO PARA OS PROGRAMAS ACIMA – R\$ 1.694.154,00

TOTAL GERAL DOS PROGRAMAS – R\$53.063.760,76

EXERCÍCIO 2019
ANEXO I – METAS FISCAIS
Projeção das Metas Fiscais de 2019 a 2021
R\$ 1,00

METAS FISCAIS						
ART. 4º, § 1º da LRF						
ESPECIFICAÇÃO	2019		2020		2021	
	VALOR		VALOR		VALOR	
	Corrente	Constante	Corrente	Constante	Corrente	Constante
1 – Receita	47.122.405	39.038.232	49.478.525	40.990.014	54.426.377	45.089.015
2 – Receita Primária	46.876.812	38.834.772	49.220.652	40.776.510	54.142.717	44.854.161
3 – Despesa Total	47.122.405	39.038.232	49.478.525	40.990.143	54.426.377	45.089.015
2 – Despesa Primária	46.290.890	38.349.369	48.605.434	40.266.837	53.465.977	44.293.520
3 – Resultado Primário	585.922	485.403	615.218	509.673	676.739	560.640
4 – Resultado Nominal	(97.394)	(80.685)	102.263	84.719	112.489	93.190
5 – Montante da Dívida	2.045.541	1.694.615	3.547.934	2.939.261	3.902.727	3.233.187

Preços médios esperados em 2019, com base na projeção da inflação.

Para melhor entendimento, preliminarmente, cabem aqui os seguintes conceitos:

1 – As receitas não financeiras correspondem às receitas fiscais líquidas, resultantes do somatório das receitas correntes e de capital, excluídas das receitas de aplicações financeiras

(juros de títulos de renda), operações de crédito , amortização de empréstimos e alienação de bens;

2 – As despesas não financeiras correspondem às despesas fiscais líquidas, que são resultantes do somatório das despesas correntes e de capital, excluídas as despesas de juros e encargos e amortização da dívida pública;

3 – O resultado primário corresponde à diferença entre as receitas não financeiras e as despesas não financeiras;

4 – O resultado nominal corresponde ao resultado primário menos o pagamento dos juros e encargos da dívida líquida, isto é, juros e encargos da dívida deduzidas as receitas de juros de títulos de renda;

5 – O montante da dívida pública corresponde ao fluxo da dívida fundada, ou seja, amortizações do principal e juros e encargos da dívida, devidos em cada exercício.

As metas fiscais previstas para os próximos três exercícios consistem na obtenção de resultados primários voltados para o equilíbrio fiscal.

Em função dos resultados retro citados relativos à dívida pública, consequentemente os resultados primário e nominal apresentam-se crescentes.

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS 2019
ANEXO III – LDO
METAS FISCAIS COMPARADAS COM AS FIXADAS NOS TRES
EXERCÍCIOS ANTERIORES**

Valores a Preços Correntes

I
R\$ 1,00

Especificação	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	41.965.254	- 7,55 %	44.653.583	6,41 %	47.122.405	5,53 %	49.478.525	5,00 %	49.478.525	5,00 %
Receita Primária (I)	41.753.084	- 7,34 %	44.430.248	6,41 %	46.876.812	5,51 %	49.220.652	5,00 %	49.220.652	5,00 %
Despesa Total	41.965.254	- 7,55 %	44.653.583	6,41 %	47.122.405	5,53 %	49.478.525	5,00 %	49.478.525	5,00 %
Despesa Primária (II)	41.224.741	- 7,55 %	43.865.632	6,41 %	46.290.890	5,53 %	48.605.434	5,00 %	48.605.434	5,00 %
Resultado Primário (I, II)	528.343	13,04 %	564.616	6,87 %	585.922	3,77 %	615.218	5,00 %	615.218	5,00 %
Resultado Nominal	(184.259)	- 16,60 %	(186.587)	1,206 %	(97.394)	- 47,80 %	102.263	5,00 %	102.263	5,00 %
Dívida Pública	3.518.310	- 2,00 %	3.447.944	- 2,00 %	3.378.985	- 2,00 %	3.547.934	5,00 %	3.547.934	5,00 %

Consolidada				%		%				
Dívida Consolidada Líquida	2.329.523	- 7,33 %	2.142.935	- 8,01 %	2.045.541	- 4,54 %	2.147.818	5,00 %	2.147.818	5,00 %

Valores a Preços Constantes
R\$ 1,00

Especificação	2017	%	2018	%	2019	%	2020	%	2021	%
Receita Total	39.062.882	- 13,95 %	39.212.531	0,38 %	39.038.232	- 0,44 %	40.990.143	5,00 %	40.990.143	5,00 %
Receita Primária (I)	38.865.386	- 13,75 %	39.016.409	0,39 %	38.834.772	- 0,47 %	40.776.510	5,00 %	40.776.510	5,00 %
Despesa Total	39.062.881	- 13,95 %	39.212.531	0,38 %	39.038.232	- 0,44 %	40.990.143	5,00 %	40.990.143	5,00 %
Despesa Primária (II)	38.373.584	- 13,95 %	38.520.592	0,38 %	38.349.369	- 0,44 %	40.266.837	5,00 %	40.266.837	5,00 %
Resultado Primário (I, II)	491.803	5,22 %	495.817	0,82 %	485.403	-2,10 %	509.673	5,00 %	509.673	5,00 %
Resultado Nominal	(171.515)	- 22,37 %	(163.852)	- 4,47 %	(80.685)	- 50,76 %	84.719	5,00 %	84.719	5,00 %
Dívida Pública Consolidada	3.274.979	- 8,78 %	3.027.811	- 7,55 %	2.799.297	- 7,55 %	2.939.261	5,00 %	2.939.261	5,00 %

da										
Divid a Cons olida da Liqui da	2.168.410	- 13,74 %	1.881.818	- 13,22 %	1.694.61 5	- 9,95 %	1.779.3 45	5,00 %	1.779.34 5	5, 00 %

Observa-se que devido ao incremento das receitas e um controle mais ostensivo das despesas, houve uma expressiva superação da meta do resultado nominal e primário no exercício de 2017. Esse comportamento pode ser explicado pelo desempenho da arrecadação Tributária Municipal e Transferências dos Governos.

II – Demonstrativo das Metas Anuais
(art. 4º , §2º, II da Lei Complementar Federal nº 101/00)

As metas da Administração Pública Municipal propostas para o período de 2019 a 2021, nos termos do inciso II do § 2º do art. 4º da lei Complementar Federal nº 101/00, foram definidas considerando o atual cenário macroeconômico, bem como o incremento da receita, projetada com base no crescimento da economia.

A) art. 4º, § 1º da Resolução TCM 460

B) Dívida Líquida = Dívida ou Fundada – (disponibilidades de caixa + aplicações financeiras + demais ativos financeiros)

C) Registramos que os valores projetados neste anexo tem como base as expectativas de crescimento do PIB do Município tomando como referência o exercício de 2016.

A Meta projetada para a realização da receita das fontes do tesouro considerou uma eficácia tributária do ISSQN, IRRF, e IPTU e com tendências evolutivas nos demais anos.

Por sua vez, as receitas de outras fontes foram projetadas para o triênio 2019 – 2021 pelas próprias unidades orçamentárias arrecadadas, sendo consolidadas pela Secretaria da Fazenda Municipal.

Para a projeção da despesa buscou-se respeitar a proporcionalidade histórica dos gastos, principalmente para as unidades orçamentárias que possuem fontes de recursos vinculados, no entanto essa regra não foi aplicada por completo. As despesas com pessoal foram projetadas buscando aproximar-se ao máximo possível da realidade, considerando os vários eventos legalmente concedidos.

III – Avaliação da Situação Financeira e Atuarial do Regime Geral de Previdência

(art. 4º, § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

Com respeito ao cumprimento do disposto no inciso IV do § 2º do art. 4º da Lei Complementar Federal nº 101/00, o Poder Executivo Municipal não tem um Sistema de Previdência Municipal, contudo, retém e recolhe as contribuições devidas ao INSS, de forma a conferir-lhe natureza financeira a atuarial equilibrada.

IV – Demonstrativo da Estimativa de Renúncia de Receita e da margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado

(art. 4º § 2º, V, da Lei Complementar Federal nº 101/00)

A estimativa da renúncia de receita decorrente dos benefícios tributários para o período de 2019 a 2021, no Âmbito do IPTU - Imposto Predial e Territorial Urbano e sobre Prestações de Serviços de qualquer Natureza, encontra-se em fase de estudo e avaliação.

A renúncia fiscal, conforme estabelece a Lei de responsabilidade Fiscal, deverá ser considerada, na estimativa de receita orçamentária. Com isso, não se faz necessária a inclusão de medidas de compensação.

A margem de expansão das despesas obrigatórias de caráter continuado considerada decorre do crescimento da receita motivada pela expansão da economia, notada pelo crescimento do PIB de Salinas da Margarida nos últimos anos, pela projeção, modesta, porém otimista desse indicador para o período considerado. Entende-se por despesa obrigatória de caráter continuado, no conceito da Lei de Responsabilidade Fiscal, a despesa corrente derivada de lei, medida provisória ou ato administrativo normativo, que fixem para o ente a obrigação legal de sua execução por um período superior a dois exercícios.

I – Avaliação dos passivos contingentes outros riscos capazes de afetar as contas públicas

(art. 4º, §3º, da Lei Complementar nº 101/00)

As metas fiscais estabelecidas podem sofrer significativas mudanças de acordo com a ocorrência ou não de eventos adversos, tanto externos quanto internos, que podem acarretar alterações no cenário econômico de municípios de todos os portes, independente de tamanho, localização ou mesmo expressão no cenário político.

As situações externas que podem vir a alterar o cenário econômico são:

- Não-confirmação da recuperação da economia mundial, principalmente das economias norte-americanas e europeia, com impactos sobre o desempenho do comércio internacional e dos investimentos externos diretos:
- Instabilidade no Oriente Médio e ataques terroristas de grandes proporções;
- Novas medidas protecionistas no mercado internacional; adoção de medidas protecionistas, de forma preservar o mercado interno da invasão dos produtos chineses, principalmente no mercado exportador calçados, que tem influência direta em nosso município; e internamente, há situações que podem também alterar o cenário fiscal projetado, entre elas:

- crise de governabilidade no Poder executivo federal;
- estagnação da taxa de câmbio;
- dificuldades no controle da inflação com a não-redução da taxa de juros básica da economia.

As situações descritas acima podem elevar o risco Brasil, deteriorando as expectativas dos agentes intergovernamentais que investem no país, assim como dificultar a retomada interna de crescimento econômico.

As ações judiciais contra o Município são passivos a considerar. Elas são de diversas origens e sua mensuração é complexa e imprecisa, pois dependem da probabilidade de decisões judiciais desfavoráveis. Salientamos que as decisões judiciais já transitadas em julgado são tratadas como precatórios, depois de atendida a fase do art. 730 do Código de Processo civil.

Para compensar eventuais desequilíbrios das metas fiscais, utilizar-se-ão, primeiramente, os recursos à conta da reserva de Contingência, na forma de alínea "b" d

inciso III do art. 5º da Lei Complementar Federal nº 101/00. Caso ainda perdure o desequilíbrio, caberá ao Poder Executivo, a reformulação do anexo das Metas Fiscais. Como consequência desse desequilíbrio, a capacidade de empenho deverá ser limitada de forma proporcional ao montante dos recursos alocados para o atendimento de Outras Despesas Correntes, Investimentos e Inversões Financeiras de cada Poder. Essa limitação será comunicada pelo Poder Executivo ao Poder Legislativo e ao Ministério Público, indicando o montante que caberá àquele Poder tornar indisponível para o empenho e pagamento, na forma em que dispuser a Lei de Diretrizes Orçamentárias.

**ANEXO DE METAS FISCAIS
EVOLUÇÃO DO PATRIMÔNIO LÍQUIDO
EXERCÍCIO 2019**

**

LRF, ART.4º §2º, inciso III

PATRIMONIO LIQUIDO	2015	%	2016	%	2017	
Patrimônio/ Capital	20.176.448	100%	21.838.860,54	100%	25.295.021,98	100%
Reservas	-	-	-	-		
Resultado Acumulado	-	-	-	-		
Total	20.176.448	100%	21.838.860,54	100%	25.295.021,98	100%

Nota: A evolução do Patrimônio Líquido em 2017, deveu-se a medida de contenção da despesa com redução de empenho. As Variações Patrimoniais apresentaram superávit.

REGIME PREVIDENCIÁRIO

PATRIMONIO LIQUIDO	2015	%	2016	%	2017	%
Patrimônio/ Capital						
Reservas						
Resultado Acumulado		NADA A DECLARAR				
Total						

Fonte : Balanço Patrimonial

**LEI DE DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS**

Origem e ampliação do recurso obtido com alienação de Ativos

AMF – Tabela 5(LRF, art.4º , §2º , inciso III

RECEITAS REALIZADAS	2015	2016	2017

RECEITA DE CAPITAL – ALIENAÇÃO DE ATIVOS (I)	51.200	-	-
Alienação de Bens Moveis	51.200	-	-
Alienação de Bens Imóveis		-	-

DESPESAS EXECUTADAS	2015	2016	2017
APLICAÇÃO DOS RECURSOS DA ALIENAÇÃO DE ATIVOS (II)	-	-	-
DESPESA DE CAPITAL	-	-	-
Investimentos	-	-	-
Inversões Financeiras	-	-	-
Amortização da Dívida	-	-	-

<u>SALDO FINANCEIRO</u>	2015	2016	2017
Valor (III)	51.200	-	-

ANEXO VII – LDO 2019

**LEI DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO DE METAS FICAIS- PROJEÇÃO ATUARIAL DO RPPS**

EXERCÍCIO	RECEITAS PREVIDENCIARIAS(a)	Despesas Previdenciárias (b)	Resultado Previdenciário (c)=(a-b)	Saldo Financeiro Do Exercício (d)= (d exercício anterior)+(c)
		MUNICÍPIO VINCULADO AO REGIME GERAL DA PREVIDENCIA SOCIAL		

**ANEXO VIII – LDO 2019
DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO DE METAS FICAIS- ESTIMATIVA DE COMPENSAÇÃO DA
RENUNCIA DE RECEITA**

TRIBUTOS	MODALIDADE	SETORES PROGRAMAS BENEFICIÁRIO	RENUNCIA DE RECEITA PREVISTA			COMPENSAÇÃO
			2016	2017	2018	
			SEM MOVIMENTO			

ANEXO IX - LDO 2019

**DA DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO DE METAS FICAIS
MARGEM DE EXPANSÃO DAS DESPESAS OBRIGATÓRIAS DE CARÁTER
CONTINUADO**

**(LRF, ART.4º ,§2º, INCISO V)
R\$ 1**

EVENTOS	VALOR PREVISTO 2019
Aumento Permanente da Receita (-) Transferências Constitucionais (-) Transferências do FUNDEB	- - -
Saldo Final do aumento permanente de Receita (I)	-
Redução Permanente de Despesa(II)	-
Margem Bruta (III) =(I + II)	-
Saldo utilizado da margem bruta Novas DOCC Novas DOCC geradas por PPP	-
Margem Líquida de expansão de DOCC(V) =(III-IV)	-

**ANEXO IX - LDO 2018
DAS DIRETRIZES ORÇAMENTÁRIAS – 2019
ANEXO DE METAS FISCAIS
DEMONSTRATIVOS DE RISCOS FISCAIS E PROVIDÊNCIAS**

(LRF, art. 4º, §3º)

WILSON RIBEIRO PEDREIRA
PREFEITO MUNICIPAL

PASSIVOS CONTINGENTES PROVIDÊNCIAS			
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Demandas Judiciais	288.750	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	288.750
Aumento do desembolso com amortização de dívidas decorrentes de impostos e contribuições junto a União	168.228	Abertura de créditos adicionais a partir da Reserva de Contingência	168.228
SUBTOTAL	456.978	SUBTOTAL	456.978
DEMAIS RISCOS CONTINGENTES PROVIDÊNCIAS			
DESCRIÇÃO	VALOR	DESCRIÇÃO	VALOR
Frustração de Arrecadação	2.423.493	Limitação de Empenho	2.423.493
Discrepância de Projeções Elevação do Salário Mínimo Nacional	1.289.319	Abertura de Créditos Adicionais a partir de redução de dotação de despesa discricionárias	1.289.319
SUBTOTAL	3.712.812	SUBTOTAL	3.712.812
TOTAL	4.169.790	TOTAL	4.169.790